



ANAIS



# III CEPIAL

---

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

---

Semeando Novos Rumos

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil



ANAIS



# III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

## Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:  
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS  
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho 2012  
Curitiba - Brasil

# ANAIS



**III CEPIAL**

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

## Eixo 2

**“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”**

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil

## EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

### MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

#### EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

#### RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁI – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

### MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

#### EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

#### RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): fernando Pedrão)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): Francine Rocha)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): José Alessandro Cândido da Silva)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): Maria José da Silva)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): MAURÍCIO PINTO DA SILVA)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

#### 2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de políticas educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

##### RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedrosa Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

## 2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguai e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

## 2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



## O PROFESSOR FLEXÍVEL: ELEMENTOS PARA REPENSAR A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO PARANÁ

Everson Araújo Nauroski\*  
Mariana Bettega Braunert\*\*

### RESUMO

A década de setenta marcou o enfraquecimento das forças do mundo do trabalho frente a ofensiva neoliberal e o regime de acumulação flexível, que possibilitou ao capital reestruturar sua cadeia produtiva e manter em alta a taxa de lucratividade. A estratégia para fazer frente aos novos desafios da competitividade crescente, foi desenvolver processos que levaram a flexibilização e desregulamentação das relações entre capital e trabalho. A partir desse contexto, surgem novas configurações do trabalho presentes em diferentes segmentos da sociedade. O presente estudo, busca mostrar que essas novas configurações do trabalho assumem cada vez mais, a forma de trabalho precarizado, inclusive no âmbito da educação pública. Tomamos como recorte de análise o Processo de Seleção Simplificado –PSS da Secretaria da Educação do Estado do Paraná- sendo a base empírica para a pesquisa entrevistas realizadas com professores integrantes do PSS.

Palavras chave: neoliberalismo, acumulação flexível, docência e precarização

### 1. Introdução

“(...) uma verdadeira práxis revolucionária depende da intransigência da teoria em face da inconsciência com que a sociedade deixa que o pensamento se enrijeça (...)”  
Adorno e Horkheimer

O presente estudo se propõe a discutir alguns aspectos das novas configurações do trabalho a partir do regime de acumulação flexível, buscando compreender como essa nova conjuntura tem afetado o trabalho docente no Estado do Paraná. O foco da nossa análise são os professores contratados através do PSS – Processo Seletivo Simplificado, que visa a contratação de professores em caráter emergencial para suprir necessidades urgentes da administração no campo educacional. Trata-se de contratos temporários com validade de um ano podendo ser prorrogado por mais um, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

---

\* Mestre em mídia e conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina . Professor de Sociologia e Filosofia das Faculdades Santa Cruz.

\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e pesquisadora do grupo de Estudos Trabalho e Sociedade desta mesma instituição.



Em que pese esse caráter excepcional e emergencial do PSS, ele vem sendo utilizado, na prática, como um mecanismo para suprir deficiência estrutural de professores na área da educação básica. Como veremos adiante, a utilização indiscriminada dessa forma de contratação consiste em uma estratégia de flexibilização e precarização do trabalho docente no Estado.

Para tanto, realizamos aqui, inicialmente, uma revisão de literatura a fim de contextualizar a discussão. Em seguida, com base a pesquisa qualitativa, apresenta-se uma discussão sobre a hipótese de que existem contradições e discrepâncias entre o discurso sobre educação no Estado do Paraná e as reais condições de trabalho dos professores do PSS.

Parte-se do pressuposto que a lógica da flexibilização há muito tempo transcendeu os limites da indústria. As análises desenvolvidas indicam que a influência neoliberal no Estado do Paraná, sobretudo no governo de Jaime Lerner (1995-2002) esteve marcada pela minimização do Estado, enxugamento da máquina administrativa, a redução de gastos sociais, as privatizações, terceirizações, contratos temporários, trabalho parcial entre outros. Mesmo no governo de Roberto Requião (2002-2006) as políticas neoliberais não foram abandonadas, uma vez que não se investiu o percentual mínimo de 25% do orçamento em educação básica, conforme indica matéria no jornal da APP- Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná: *“Desde o governo Lerner, que o estado não investe 25% da arrecadação na educação básica. Em 2006 foram 22,07%, em 2001 – 21,32%, em 2002 – 21,20%, em 2003 – 21,53%, em 2004 – 20,22%.”*<sup>1</sup> Estes e outros dados que serão apresentados, estariam a indicar que o PSS representa a flexibilização em curso tratando-se portanto, de um trabalho precarizado, o que torna urgente aprofundar a compreensão da problemática que envolve os trabalhadores da educação no Paraná.

## **2. Trabalho e realização humana**

O trabalho como fator de realização humana, é atividade típica do homem em sua perene jornada autopiética<sup>2</sup>. Nesse sentido a contribuição de Marx em O Capital no livro I é preciosa, ao conceber o trabalho como categoria fundamental, protoforma da ação humana no mundo, fundamento ontológico do ser social e da relação metabólica do homem com a natureza. Em Marx e Lukács é o trabalho que engendra as potencialidades



sócio-históricas de realização do homem. Marx nos aponta para o sentido teleológico do trabalho em sua metáfora entre o arquiteto e a abelha, podemos ler:

Pois o arquiteto obtém um resultado que já desde o início, existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objeto, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1983, p. 149)

O trabalho representa para Marx algo de sublime na medida em que se constitui uma relação dialética e social que envolve o homem em sua totalidade. O homem se revela como ser criativo e dinâmico capaz de se projetar no mundo natural, transformando o mundo a sua imagem e semelhança. Humanização do homem e da natureza. Nesta perspectiva o trabalho apresenta sua dupla dimensão:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (...) Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera valor das mercadorias. Todo trabalho é por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob a forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso (Ibidem, p. 50).

O que se desprende das afirmações de Marx é que o trabalho em sua dimensão concreta, como fator de produção de valores de uso, tem o potencial emancipatório do homem. No entanto, no capitalismo tal potencial encontra-se frustrado prevalecendo um trabalho alienado, estranho ao trabalhador, ou seja, para Tumolo (2008, p. 12)

(...) é o elemento determinante na constituição da própria natureza humana, no capitalismo, a construção do gênero humano, por intermédio do trabalho, dá-se pela sua destruição, sua emancipação efetiva-se pela degradação, sua liberdade ocorre pela sua escravidão, a produção de sua vida realiza-se pela produção de sua morte. Na forma social do capital, a construção do ser humano, por meio do trabalho, processa-se pela sua niilização, a afirmação de sua condição de sujeito realiza-se pela negação dessa mesma condição, sua hominização produz-se pela reificação. No limite, trata-se da constituição do fetiche do capital – o capital que se subjetiva ou se hominiza reificando as relações sociais e o ser social – ou da subsunção real da vida social ao capital.

No sistema capitalista o trabalho humano se processa de forma alienada. As relações que se estabelecem são focadas na exploração e destruição do homem como ser social e criativo. Conforme observa Tumolo (idem, p. 12):



Na forma social do capital, a construção do ser humano, por meio do trabalho, processa-se pela sua niilização, a afirmação de sua condição de sujeito realiza-se pela negação dessa mesma condição, sua hominização produz-se pela reificação. No limite, trata-se da constituição do fetiche do capital – o capital que se subjetiva ou se hominiza reificando as relações sociais e o ser social – ou da subsunção real da vida social ao capital.

Em se tratando do trabalho docente permanece a mesma sensação de estranhamento, visto que o professor apesar de oferecer uma *`mão de obra`* eminentemente intelectual no contexto do regime de acumulação flexível, estabelece também uma relação heterogênea no conjunto de suas atividades.

A centralização do planejamento, as relações de autoridade verticalizadas, e a submissão a organização burocrática e administrativa faz com o que trabalho do professor se caracterize como trabalho alienado e produtivo.

Conforme MARX *apud* LESSA (2000, p. 35)

Considerando (...) a produção de mais-valia, a relação entre o professor e o capitalista é exatamente a mesma que se desdobra entre o capitalista e o proletário. As forças de trabalho do professor e do proletário são compradas pelos seus respectivos valores, o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir cada uma delas. (...) Ambas as forças de trabalho, portanto, foram compradas pelo seu valor de uso específico: é a única mercadoria que, uma vez consumida, gera maior valor que o seu próprio. A forma de exploração (se não a intensidade da exploração) é exatamente a mesma: a extração da mais-valia. Os lucros do dono da 'fábrica de saberes' do dono da 'fábrica de salsichas' têm suas origens na mesma relação social, qual seja, a relação capital/trabalho produtivo. Tal como o proletário, portanto, o mestre-escola também produz mais-valia. (...)

Nessa linha, pode-se entender que um mesmo trabalho com igual conteúdo pode ser produtivo e improdutivo. Tal concepção faz compreender que o atributo de produtivo ou improdutivo está ligado às relações sociais que esse trabalho estabelece e não necessariamente ao tipo ou categoria de trabalho. Ao que se pode concluir que no caso do professor trata-se de um trabalhador produtivo, pois as atividades que ele realiza contribuem direta e indiretamente para a geração da mais valia. Uma vez que o funcionamento de uma escola, para capitalista dono do estabelecimento, os professores podem ser meros assalariados (...) Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o capitalista.”( Marx, 1984, p. 40)

Apesar de ser um trabalho de cunho intelectualizado, o trabalho do professor também sofre objetivações do capital, não podendo ser visto como trabalho intelectual



separado do trabalho manual. Torna-se oportuna a intervenção de Gramsci (2000, p. 52) quando afirma que “não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens”.

No âmbito escolar estão presentes certas condições que o capital impõe, que retiram da escola a possibilidade de ser, como outrora, uma instituição anterior ao capitalismo com fins exclusivamente culturais e formativos. Isso faz com que o trabalho dos professores esteja subsumido pela mesma lógica que rege a produção de mercadorias. Em se tratando das instituições públicas de ensino a lógica do capital penetra via políticas neoliberais com suas estratégias de flexibilização.

Jamenson (2001, p. 22) ao refletir sobre a cultura pós-moderna faz um alertar para o fato de que “finalmente se dissolve o cultural no econômico e o econômico no cultural”, torna-se evidente que o trabalho imaterial assume cada vez mais a forma de mercadoria. Algo já denunciado por Adorno (1985, p. 122) ao propor o conceito de indústria cultural, mostrando que na cultura industrial do capitalismo tardio, tudo se transforma em mercadoria produzindo uma “barbárie estética que consuma hoje a ameaça que sempre pairou sobre as criações do espírito desde que foram reunidas e neutralizadas a título de cultura. Falar em cultura foi sempre contrário a cultura”.

Não se quer aqui, cometer uma impropriedade, no sentido de se querer identificar a escola com a fábrica ou com a indústria, mais sem dúvida torna-se possível estabelecer algumas analogias e compreender que se as mudanças provocadas pelo regime de acumulação flexível fizeram surgir novas configurações do trabalho (LEITE, 2003 e 2009; SANTANA e RAMALHO, 2009; DOWBOR, 2009), este novo *design*, criado e articulado pelo capital, está presente também entre os trabalhadores da educação.

Ao analisar a dimensão histórica das transformações ocorridas no âmbito da educação, Campos (2004, p. 54,) indica que a valorização de uma formação com base no ensino de competências remonta a exigência de maior qualificação profissional provocados pela pelas exigências do regime de acumulação flexível:

Argumentava-se que o centro do processo não era mais o posto de trabalho codificado e normatizado pelas prescrições taylorianas, definidor das qualificações requeridas dos trabalhadores, mas a ação do trabalhador que diante da imprevisibilidade dos processos tendia a se tornar mais intelectualizada. Maior autonomia, maior domínio dos processos, capacidade de gestão de informações e, sobretudo, capacidade de reagir adequadamente aos imprevistos, tornaram-se os aspectos mais destacados na literatura especializada.



Os argumentos de Campos indicam que a revolução tecnológica e da informática, introduziram uma nova base para a produção e acumulação capitalista. Neste contexto, as novas demandas do mercado exigem cada vez mais a qualificação dos trabalhadores. No âmbito educacional o discurso a favor de um professor polivalente, multifuncional e flexível estão presentes tanto na literatura como nos documentos oficiais ao se perceber “o entusiasmo com relação às novas possibilidades postas pelas tecnologias de base microeletrônica e, mesmo dentre os educadores brasileiros, o debate em torno da polivalência, da politecnia, marcou as produções teóricas da época”. (SHIROMA et. al. 2003, p. 42).

Adorno (1996), ao analisar a pressão do sistema sobre os professores, alerta para os fatos de que estes estariam se tornando autômatos, profissionais em sua própria profissão, adaptados ao sistema, institucionalizados - por assim dizer. As idéias arroladas acima ganham força, ao se analisar documentos oficiais, nacionais e internacionais, produzidos por instituições como o Ministério da Educação - MEC, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, presente no Brasil desde 1950, e que em muitas ocasiões se posicionou em relação as políticas educacionais no Brasil. A título de ilustração podemos citar sua proposta para a formação dos docentes recomendando a redução de custos, pois “assim, seja pelo aproveitamento de professores qualificados com baixos salários, ou pela participação daqueles com pouca qualificação cuja a mão-de-obra é barata, o que seria compensado por treinamentos em serviços”. (SHIROMA, 2003, p. 64) .

Também o Banco Mundial indicou os caminhos para a formação dos professores:

...a profissionalização docente vem sendo apresentada como imperativa para a construção de um novo perfil de professor: competente, performático, criativo, inovador, que respeita a diversidade dos alunos. Recondicionar o professor é operação necessária para adequá-lo à sociedade do conhecimento. Após um up grading poder-se-ia denominá-lo professor-profissional. (SHIROMA e EVANGELISTA, 2007, p. 529)

Tais características em relação ao perfil do professor se apresentam em perfeita consonância com a nova ordem da economia e do mercado. A exigência de uma formação flexível não se restringe ao trabalho industrial, mais avança sobre o setor de



serviços e toma de assalto a educação. Nenhuma atividade produtiva sai incólume dos imperativos da precarização.

### 3. Trabalho e flexibilização

Os anos que se seguiram ao pós-guerra de 1945 a 1973 representam um marco histórico na economia capitalista. No entanto, segundo Hobsbawn (1994) apesar do expressivo crescimento econômico, no plano geopolítico a nova ordem mundial favoreceu a bipolarização do mundo entre Estados Unidos e a Antiga União Soviética. A disputa econômica e ideológica entre as duas potências, que ficou conhecida historicamente como guerra fria, fez com que economia soviética mergulhasse numa crise econômica que culminou com a queda do muro de Berlim em 1989.

Simbolizando a separação entre capitalismo e socialismo a queda do muro marcou um profundo movimento ideológico dos países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, com objetivo de convencer o resto do mundo de que fora da economia capitalista não há salvação. É emblemático o artigo, publicado em fins de 1989 com o título de "*O fim da história*" de Francis Fukuyama<sup>3</sup>, no qual o autor defende a *democracia capitalista* como protótipo de civilização a ser aperfeiçoado.

Sobre influxo do regime de acumulação fordista/taylorista a economia capitalista floresceu. Harvey (2003) chamará a atenção para união estratégica entre economia e política, que fez surgir o Estado de Bem-estar social. Com o aumento da produtividade surge a necessidade de promover o aumento da demanda no consumo por meio do pleno emprego, mais renda e direitos sociais. O acesso ao consumo eleva a condição dos trabalhadores e arrefece a luta de classes.

Para Antunes (1999), esse esquema funcionou durante certo tempo como um artifício justificador da organização do trabalho e da vida, sobre o metabolismo social do capital, mediados pela intervenção do Estado. No entanto, como indica Mészáros (2002) com a crise de 1973 surge a necessidade de se criar novas formas de organizar a produção e garantir a funcionalidade do sistema e o metabolismo social do capital.

Cabe lembrar que as mudanças ocorridas no sistema capitalista ao longo do século XX, confirmaram as previsões clássicas de Marx (1984) sobre a tendência histórica na diminuição na taxa de acumulação do capital. Apesar das inúmeras crises que marcaram a vida do capital é notória, conforme ressalta Adorno (1986), sua capacidade de utilizar o



aparato técnico e ideológico para incrementar a produção e evitar a bancarrota total. As crises cíclicas e os novos rearranjos do capitalismo indicam o quanto as relações de produção podem ser dinâmicas e elásticas.

A necessidade intrínseca de acumulação do capital exige a implementação de novas relações produtivas, o que provoca o desgaste do paradigma fordista/taylorista e do *welfare state*. No limite, as conquistas alcançadas nos *anos dourados*, em termos de direitos sociais e trabalhistas se tornaram empecilhos e serem superados no sentido de fortalecer o poder do capital frente a organização dos trabalhadores.

Conforme Anderson (1995) essa nova conjuntura engendrou a ideologia neoliberal que rapidamente articula seu discurso culpando o Estado de Bem-estar social pela recessão e crise do emprego. A reorganização da produção econômica com base nos avanços técnicos e científicos e a propagação de novos valores e comportamentos ajudaram a criar uma nova cultura social capaz de convencer os trabalhadores a aceitarem sacrifícios para o bem comum de toda sociedade. Lessa (2000) observa que é nessa etapa que o capital buscará no setor financeiro e especulativo uma alternativa ao sistema de acúmulo tradicional pela exploração da mais valia. Ao analisar estas mudanças, Chesnais (1994) argumenta que muito mais que um processo de globalização o que estaria ocorrendo é a mundialização do capital. Articulado pelas grandes empresas com o objetivo de impor as economias locais de seus próprios países e, dos países em desenvolvimento, novas formas de flexibilização da produção e das relações de trabalho.

A base produtiva da indústria tradicional sofre profundas modificações com a incorporação da automação, da robótica, da telemática e da micro eletrônica. Tal realidade é denominada por Harvey (2003, p. 140) de regime de acumulação flexível:

A acumulação flexível, como vou chamá-la é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjunto industriais completamente novos em regiões então subdesenvolvidas.

Sob as exigências desse novo regime, toda cadeia produtiva passa por um processo de reestruturação, assumindo sua forma mais acabada no fenômeno do



Toyotismo. Originário na indústria automobilista do Japão, trouxe um conjunto de novas medidas, que segundo Antunes (1999, p. 230), visa uma nova forma de organização da gestão e da produção com vistas ao atendimento do consumo por demanda uma vez que o “trabalho operário em equipe e a flexibilidade nas funções, visando à intensificação da exploração sobre a força de trabalho; melhor aproveitamento do tempo, estoque mínimo e terceirização de parte da produção”.

Mészáros (2002) observa que a nova configuração do capitalismo foi além de uma resposta às suas crises cíclicas, pois acabou promovendo a subsunção real da vida social ao capital. Cria-se um cenário marcado pelos imperativos da flexibilização, da desregulamentação do mundo do trabalho e a total mercantilização dos direitos da cidadania.

Entre os principais reflexos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho pode-se mencionar a flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, a intensificação dos processos de terceirização e de exploração da força de trabalho, o aumento do desemprego estrutural e a redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, bem como o surgimento de novas formas de trabalho informais. Em última instância vislumbra-se um cenário de crescente precarização das condições laborais, como resultado de “uma lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.” (ANTUNES, 2009, p. 17).

Sob o discurso liberalizante e conservador, a flexibilização foi apontada pelos seus defensores como uma solução para a crise econômica e como uma alternativa para preservar a competitividade das empresas e o crescimento econômico no mundo globalizado. Assim, ela pode ser entendida como uma das estratégias adotadas pelo capital para manter seu ciclo de acumulação face à crise estrutural pela qual passou na década de 1970.

A flexibilização refere-se a um processo amplo e atinge diversos aspectos da relação de trabalho. Trata-se, pois, de uma noção polissêmica, que engendra uma variedade de significados. Ela se expressa em um grande número de características e envolve uma série de mudanças na organização do trabalho e dos processos de trabalho, do mercado, das empresas, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 1993; DOWBOR, 2006). Pode ser entendida também como uma “liberdade” da empresa



(ANTUNES, 2009) para ajustar unilateralmente o tempo de trabalho, os padrões de remuneração e as formas de contratação.

Insta notar que, embora a flexibilização e a precarização sejam processos diferentes, a flexibilização geralmente leva ao trabalho precário. A precarização diz respeito à deterioração das condições de trabalho, comandada pelas novas exigências econômicas do capitalismo, e está relacionada à reestruturação produtiva, à terceirização e à flexibilização do trabalho. Os trabalhadores em tempo parcial, subcontratados, terceirizados, temporários, que têm aumentado em escala mundial, compõe o novo perfil de trabalhadores precarizados no que diz respeito as suas condições de trabalho e desprovidos dos direitos mínimos do trabalho (cf. ANTUNES, 2009, p. 104). De acordo com Ramalho e Santana, “a precarização do trabalho pode ser considerada uma tendência que se afirma com a abertura de mercado e o aumento da competitividade, além de haver uma tendência à perda na qualidade do emprego e das relações de trabalho” (RAMALHO e SANATANA, 2009, p. 36).

Gery Rodgers aponta para distintas dimensões da precariedade: grau de instabilidade, grau de controle dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, salários, ritmo, etc. Assim, o conceito de precariedade envolve para o autor instabilidade, falta de proteção, insegurança no que se refere à proteção social e vulnerabilidade econômica ou social (RODGERS apud. LEITE, 2009, p. 74). Ressalte-se que essas práticas associadas à precariedade não são novas, elas constituem velhas práticas ressignificadas, que se generalizaram a partir dos anos 70 e promoveram uma regressão social. Para Rodgers (apud .LEITE, p. 74), o caráter estrutural da precarização se evidencia quando se leva em consideração as condições do mercado de trabalho, a reestruturação produtiva, o quadro institucional (mudança no papel do Estado e na legislação trabalhista) e as conseqüências para os trabalhadores e sua capacidade de resposta. De acordo com Marcia Leite, no que se refere ao quadro institucional, “a tendência à desregulamentação do mercado de trabalho tem um papel decisivo no sentido de diminuir os direitos do trabalho e difundir as formas de trabalho precário” (LEITE, 2009, p. 74).

Quando se analisa o novo cenário, observa-se em curso, um processo de precarização do trabalho em todos os níveis e áreas, já que esta tornou-se a estratégia central do capital para se contrapor aos desafios da competitividade crescente. “Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização (...) conseqüências necessárias em favor da



competitividade.” (CASTEL, 1998 p. 516). Além de se tratar de mudanças estruturais, surge uma nova cultura que põem em questão a sociedade salarial e ameaça a funcionalidade da coesão social.

Ao analisar as mudanças na sociedade, Anderson (1995, p. 11) faz um balanço mundial sobre as políticas neoliberais mostrando que o Estado precisa ser forte principalmente “em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas (...).”

Historicamente, as mudanças na sociedade e na economia tiveram profundos impactos na América Latina. Para Gentile (1996) as mudanças ocorridas tiveram como mola propulsora as políticas neoliberais. Ao estudar as mudanças sócio-históricas na sociedade brasileira o autor ressalta o que significou o governo de Fernando Henrique Cardoso do ponto de vista sociológico, como um governo neoliberal que provocou o agravamento das condições sociais da classe trabalhadora, realizou privatizações, mudanças constitucionais que colocaram o Brasil numa condição de subserviência ao capital estrangeiro. No campo educacional, “as reformas curriculares e as políticas oficiais foram marcadas por uma preocupação unilateral em atender as exigências do mercado interno com foco na formação profissional.” (GENTILE, 1996, p. 16).

Ao analisar mais de perto a realidade brasileira, Souza (1997) observa que o Estado sob a influência e pressão neoliberal realizou nas últimas décadas grandes reformas educacionais. Além de Souza é o que apontam pesquisadores como APPLE e TEITELBAUN, 1991; ENGUITA, 1991.

Nesse contexto, a escola não é uma mera ferramenta de criação do capital, mas um espaço de contradições que toma determinada direção de acordo com a luta de classes, cabendo destacar que “não é da natureza da escola ser capitalista, senão que por ser o modo de produção social da existência predominantemente capitalista, tende a mediar os interesses do capital” (FRIGOTTO, 1989, p. 223).

#### **4. Novas configurações do trabalho**

Como resposta a suas crises cíclicas, o capitalismo reorganiza sua base produtiva segundo os imperativos da *acumulação flexível*, remodelando velhas formas e criando novas práticas de exploração dos trabalhadores. Nesse sentido argumenta Antunes (1999) que são intensificados os processos de exploração do trabalho e apesar das



modificações subjetivas em termos de uma exigência de um novo perfil do trabalhador mesmo em face de uma realidade fragmentada, complexa e heterogênea a classe que vive do trabalho sente-se alienada, estranha ao trabalho que desenvolve.

Na visão de ANTUNES (1999), os contornos e formatos do Toyotismo, mesmo quando passa a exigir nos setores de ponta, uma mão de obra mais intelectualizada, com atitudes de *participação, autonomia controle* da produção, permanece uma relação subordinada do trabalhador ao capital, visto que a lógica que rege a relação capital *versus* trabalho segue inalterada.

Numa análise profunda desta nova conjuntura, Leite (2009, p. 82), aponta para novas configurações do trabalho, decorrentes do regime de acumulação flexível indicando “*um processo articulado de precarização e informalização do trabalho em curso.*”

Ao analisar as influências dos padrões de acumulação flexível no âmbito educacional, Souza (1997) conclui que, assim como os demais trabalhadores, os professores, em seu trabalho, encontram-se submetidos ao capital e apesar de sua atividade não gerar diretamente um valor de troca, independentemente de se tratar de escola pública ou privada o capital continua a ser valorizado.

Conforme argumenta Braverman (1987, p. 372):

Não podemos desdenhar o impacto econômico imediato do sistema escolar ampliado. Não apenas o dilatamento do limite de escolaridade limita o aumento do desemprego reconhecido, como também fornece emprego para uma considerável massa de professores, administradores, trabalhadores em construção e serviços e etc. Ademais, a educação tornou-se uma área imensamente lucrativa de acumulação do capital para a indústria de construção, para os fornecedores de todos os tipos, e para uma multidão de empresas subsidiárias.

Como sugerem Enguita (1991) e Hypólito (1991), os professores historicamente fizeram parte da classe média com status e prestígio social. Mesmo existindo tratamentos diferenciados em relação aos professores médios e universitários é possível afirmar que se tratava de um grupo diferenciado de trabalhadores intelectualizados, mais próximos de profissionais liberais. Nos últimos anos as situações vivenciadas por essa classe – especialmente o PSS - indicam uma realidade marcada pela proletarização e pauperização desta categoria.

Offe (1995) oferece uma importante contribuição para compreender as mudanças socioeconômicas da sociedade contemporânea. Ao analisar as relações entre política e



economia aponta que a racionalidade política como fenômeno moderno tem influenciado enormemente na representação de interesses por demanda. Nessa lógica, o Estado condiciona seu esforço de atuação aos limites dos recursos de que dispõe. A racionalidade política tenta dessa forma, fazer mais com menos. A resolução de conflitos de demanda e interesse torna-se a variável a ser manipulada. As análises de OFFE, possibilitam compreender melhor a posição da Secretaria Estadual da Educação – SEED/PR quando defende a continuidade de contratações precárias, como PSS, para suprir as demandas de urgência.

É possível ainda, estabelecer algumas relações entre o universo do trabalho na educação e as formas de precarização presentes no setor produtivo, pois embora uma escola seja diferente de uma fábrica, em ambas, como argumenta Tumolo (1991) está presente o trabalho produtivo e a extração da mais valia, o que torna evidente que a lógica do capital se abateu também sobre as escolas. Isso indica que a pressão exercida sobre o trabalho do professor, faz com que muitos não planejem e controlem seu trabalho, sucumbindo as relações de controle e subordinação. Como afirma Apple e Kenneth (2002, p. 67), “o que se tem em vez de professores, profissionais que se importam muito com o que fazem e por que o fazem, podemos ter meros executores alienados de planos alheios”.

## **5. A precarização do trabalho docente no Paraná a realidade do PSS**

No que tange a influência neoliberal no Estado do Paraná, um período importante é a década de 90, marcada pela abertura à inserção da indústria automobilística. Embora muitos governos pudessem ter contabilizado em suas ações, medidas afins as proposições neoliberais, o governo de Jaime Lerner (1995-2002), tornou-se emblemático, pelo seu expediente claramente neoliberal.

Ao analisar historicamente as mudanças no campo da educação é relevante o estudo de Sapelli (2003), que mostra a criação de vários programas de ensino técnico e profissionalizante, o direcionamento curricular as exigências do mercado, a não realização de concursos para professores, a falta de investimentos em infra-estrutura nas escolas. Segundo a autora são inequívocos as situações que indicam uma clara afinidade do governo com a agenda neoliberal.



O fato de o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento - uma instituição que representa os interesses neoliberais na América Latina ter realizado várias missões de trabalho assessorando o governo e financiando vários projetos<sup>4</sup>, configura uma clara interferência do capital internacional na elaboração de políticas de Estado para educação.

Vale lembrar o alerta de DOWBOR (2006) e LEITE (2003) quando chamam a atenção para o fato de que no regime de acumulação flexível a flexibilização dos contratos de trabalho é regra usual. Sendo possível afirmar que mesmo no setor público o atendimento a crescente demanda no quadro docente tem se dado sob formas de precarização. Há dados informados pela APP/Sindicato<sup>5</sup> no sentido de que nas escolas públicas no Paraná, houve períodos em que a figura do *professor efetivo* se apresentava como uma referência de trabalho estável e digno.

Outro parâmetro para comparar as condições dos professores do PSS pode ser encontrado num exame da legislação vigente, especialmente o esforço dos constituintes de 1988, na implementação de leis que garantissem a valorização do trabalho do professor. Trata-se de um período de redemocratização do país, uma vez que a construção do texto constitucional teve maciça participação da sociedade. Apesar das disputas e contradições durante esse processo, o mesmo, simboliza um momento em que a influência neoliberal ainda não se faz tão marcante no território brasileiro.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, representam um avanço histórico no reconhecimento da importância e dignidade do trabalho docente. Em seu artigo 206 inciso V, regulamenta a valorização dos profissionais determinando que se crie e sejam garantidos por lei, planos de carreira para o magistério público, estipulando seus ganhos e determinando que o ingresso no magistério aconteça por meio de concurso público de provas e títulos. Em seu artigo 67, a mesma lei reafirma os princípios constitucionais de ensino, com destaque para o papel e a responsabilidade dos sistemas de ensino em promover a valorização dos profissionais da educação.

A mesma LDB em seus artigos 12 e 13 garante a participação do professor na organização nacional do ensino juntamente os estabelecimentos. O que enseja uma perspectiva ativa e democrática do trabalho e da identidade do professor como agente de transformação social.

Diante do exposto, torna-se patente que as transformações em curso no setor produtivo estão afetando também os profissionais dos sistemas de ensino. As



transformações históricas e as diferenças entre as condições atuais dos trabalhadores da educação e momentos anteriores, onde os mesmos podiam viver com dignidade e reconhecimento, mostram que as condições objetivas do seu trabalho estão subsumidas pelo capital, as novas configurações do trabalho não se restringem ao setor fabril, mais adentraram para outras áreas, como a educação.

Tais asserções se revestem de grande importância ao se verificar que dos 120 mil professores que compõe o quadro funcional do Estado, segundo dados da APP-Sindicato, estima-se que 10% dos professores fazem parte do PSS, sendo contratados em regime de trabalhadores temporários.

Em que pese se tratar de contratos precários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, uma análise inicial do modelo de contrato adotado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED/PR indica sérias discrepâncias em relação aos professores estatutários que possuem regime jurídico próprio, com garantias asseguradas pela lei entre elas, estabilidade, plano de cargos e salários, aposentadoria diferenciada e etc.

A análise da realidade material dos professores aponta para situações preocupantes como a distribuição de aulas, que deveria acontecer em audiência pública, tendo presentes os professores e representante de núcleo educacional mais se assemelham *“um verdadeiro leilão de aulas”* conforme o que disse um dos professores entrevistados. Em outros trechos, os relatos afirmam que é comum observar condutas anti-éticas e desleais, onde não se respeita a classificação daqueles que se inscreveram, sendo comum *“a reserva de aulas para os preferidos(as) da direção”*.

Algo muito presente nas falas dos professores entrevistados é percepção de que o Estado age com descaso, ano após ano, preferindo precarizar o trabalho docente ao invés de realizar um planejamento sério que envolva alocação de recursos e realização de concursos. *“A gente sabe que o que acontece nas audiências públicas é um prenúncio do que teremos que enfrentar ao longo do ano letivo. Desabafou em deles.*

A busca por conseguir o número mínimo de aulas para que se possa efetivar o contrato de trabalho temporário e assim garantir sua sobrevivência naquele ano, faz com que os professores em desespero, aceitem dividir a carga horária em diferentes escolas e horários, tendo que se sujeitarem a uma rotina degradante. Conforme depoimento de um dos nossos entrevistados:



*Eu mesmo durante vários anos tive que aceitar a contragosto ter que dar aulas de diferentes matérias, que não tinham nada haver com a minha formação. Sou licenciado em geografia e já dei aula de história, artes e sociologia. Assim como eu vários colegas fazem o mesmo. Ou é isso ou a gente não consegue as horas para assinar o contrato. Além é claro de ter que se deslocar de uma escola para outra e muitas são distantes. Muitas vezes eu fico sem almoçar como uma besteira ou outra e fico com fome durante o dia. Fazer o que, se eu não aceitar tem outros que vão, e, eu preciso pagar as minhas contas. Assim vou levando do jeito que dá. Agora eu vou falar uma coisa, Quando vem cobrança para o meu lado, planejamento aquela lenga lega de sempre, eu não dó nem bola. Só sabem cobrar mais não vem o duro que a gente dá e ainda ter que agüentar os alunos que a cada dia mais parecem delinqüentes.*

A sinceridade do professor é reveladora e chocante ao mesmo tempo. Trata-se de condições de absoluta precariedade com efeitos nocivos para sua saúde física e mental. O desgaste emocional, o estresse a que muitos são submetidos comprometem o desenvolvimento de sua carreira. Em um dos momentos da conversa sobre as condições de trabalho dos professores uma professora, jovem ainda, com 37 anos de idade e 12 de carreira confessa:

*(...) já faz uns alguns anos que trabalho como PSS, mais eu tenho dentro de mim uma certeza, não quero morrer como professora. Não sei o que aconteceu mais nossa classe não tem mais valor, pelo menos os que trabalham com a molecada. Assim que eu puder vou fazer um concurso público mais não para professora. Estou cansada dessa vida. Eu estou ficando uma pessoa agressiva e sem paciência. Brigo em casa, de uns tempos para cá só consigo dormir a base de remédio. Nossa... Tem muitas historias que eu poderia contar que aconteceu comigo ou com colegas que estão na mesma situação. Tinha uma professora, com quem trabalhei, que toda vez que ia entrar em sala começa tremer e chorar. Hoje ela ta afastada por depressão. Sabe, tudo isso acontece e ninguém faz nada. Eu me sinto sozinha, abandonada.*

Além dos aspectos subjetivos que podemos observar, é importante destacar que o trabalho dos professores em geral, mas, sobretudo dos professores do PSS, acaba por lhes exigir um tempo redobrado para a *preparação* das aulas, produção de provas, correção de trabalhos e etc. O enfrentamento de salas superlotadas, as condições de precariedade que se manifestam em coisas básicas como falta de carteiras, e materiais mínimos de expediente, a situação de abandono, falta de apoio e acompanhamento, tornam o trabalho do professor uma atividade degradante.

Em relação a realidade educacional brasileira, POCHAMANN (2007) em entrevista, reconhece uma melhora nos índices da educação, contudo indica um desnível e despreparo dos docentes para implementarem uma educação de qualidade capaz de



responder as desafios da nova economia e satisfazer aos anseios da população por melhores oportunidades de trabalho.

Ora, diante do exposto até aqui, torna-se razoável supor que em grande medida esse *desnível* e *despreparo* de que fala Pochamann pode estar relacionado entre outros fatores, também ao fato de os professores ao buscarem sua sobrevivência, serem obrigados a ampliar sua jornada de trabalho em até três períodos (manhã, tarde e noite). Conforme relato de um entrevistado:

*nos intervalos das aulas e às vezes até no horário de aulas tem professoras que vendem perfumes, roupas, lingeries e cosméticos (...) tem algumas que levam artesanato para vender (...) tem um amigo meu que também é professor que faz bicos, dá aulas particulares para poder aumentar sua renda e poder pagar as contas no final do mês. Em nossas conversas é só cansaço e reclamação. Acho que é melhor a gente não pensar muito, se não desiste.*

Testemunhos, queixas e justificações se unem a atitudes de cooperação e solidariedade entre colegas de profissão. Em visitas em algumas escolas foi possível observar que vários professores dividem a sala de aula com ocupações precárias, dividindo o horário das aulas com uma segunda atividade, trabalhando no comércio, oficinas ou ainda fazendo pequenos concertos domésticos para familiares e vizinhos.

Considerando as condições descritas e o relato dos professores torna-se necessário dizer, que como trabalhador precário, o professor se assemelha há um operário fabril proletarizado. Na medida em que os mesmos “carregam as marcas da condição de proletariados.” (BRAVERMAN, 1980, p. 343).

No que tange as exigências do regime flexível de acumulação, Antunes (1995), salienta que o novo perfil do trabalhador precisa ser multifuncional e polivalente. Ora, a partir dos relatos e observações empíricas realizadas em algumas escolas, os professores PSS, se obrigam a aceitar ministrar diferentes disciplinas da sua formação, cumprir horários diferentes em diferentes instituições de ensino; duplicar as vezes triplicar sua jornada. Dividem a sala de aula com atividades que vão além de suas obrigações, como ter que aconselhar pais, orientar alunos em seu horário de intervalo, ajudar a equipe pedagógica em reuniões de planejamento, cooperar na organização de eventos, preparar avaliações, preencher diários, fazer correções de trabalho e etc. Diante de tais exigências e desafios o professor é impelido a se tornar um trabalhador flexível, multifuncional e polivalente.



O PSS, nos moldes como tem funcionado nos últimos anos, representa uma realidade institucionalizada, verdadeiro ícone da precarização e proletarização dos docentes no Paraná. Criou-se uma subcategoria de profissionais que embora não sendo do setor fabril típico, possui com este, inúmeras semelhanças, na medida em que os mesmos estão perdendo o controle sobre seu trabalho, vivem sob o medo da rescisão do contrato, da impossibilidade de melhor qualificação, do futuro incerto e da falta de esperança.

## **6. Considerações finais**

O presente estudo se desenvolveu a partir do pressuposto que as novas configurações do trabalho são conseqüências do regime de acumulação flexível. Nossa hipótese é de que os processos de precarização não estão restritos ao setor produtivo tradicional, mas adentraram também na educação. O recorte de nosso estudo indicou que no âmbito da educação pública no Estado do Paraná o Processo de Seleção Simplificado – PSS, representa uma estratégia de precarização do trabalho docente, visto ser uma prática que coloca os professores em condições de trabalhadores proletarizados.

Este estudo buscou demonstrar que existe uma contradição inerente nas políticas afirmativas a favor da educação no Estado do Paraná e as condições objetivas de trabalho, dos professores do PSS. Evidencia-se, portanto, um distanciamento entre o discurso do governo e a realidade concreta dos professores. Os argumentos arrolados, bem como os relatos dos professores que foram apresentados, indicam que as conseqüências da precarização do trabalho docente produzem efeitos deletérios que comprometem a saúde e a qualidade de vida dos professores. Na prática, o dia a dia da sala de aula torna-se um contexto de agressão à dignidade dos professores. No limite, poderíamos aventar sobre a necessidade de se produzir novas pesquisas de caráter empírico, a fim de mensurar os efeitos da precarização na saúde mental dos professores, ou ainda quais as conseqüências da degradação da atividade docente na vida social e relacional dos professores.

Conforme os relatos apresentados, existem sérios indícios que ajudam a compreender que, por trás da falta de motivação e da perda de sentido em relação ao ser do professor, o que observamos é a existência de práticas afinadas com os imperativos da flexibilização.



Mormente que as medidas tomadas pelo Estado como terceirizações, contratos temporários, trabalho parcial, fragilizam a categoria dos professores PSS e se configuram em medidas neoliberais de sucateamento da educação e desmonte do Estado nesse setor. Tem-se claro que os imperativos de flexibilização e desregulamentação adentraram os serviços públicos inclusive a educação.

## 7. Referencial bibliográfico

ADORNO, T W. *Educação e emancipação* – Trad. Wolfgang Leo Maar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_, Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: Cohn, Gabriel. (org). *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1986

ADORNO, T. W. ; HORKHEIMER, M. *A indústria cultural* – o esclarecimento como mistificação das massas. Trad. de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

APPLE. M.; KENNETH, T. Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 4 p. 67

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo : Boitempo. 2009

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980

CAMPOS, R. F. *Construindo o professor competente: as determinações do campo do trabalho na reforma da formação de professores*. São Paulo: Cortez Editora, 2004

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro. Vozes, 1998

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

DOWBOR L. *O que acontece com o trabalho?* 3ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. ( Série Ponto Futuro: 10)



ENGUITA, Mariano F. *A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização*. Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, n.4, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutivo: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1986

GENTILI, Pablo. (Org.). Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: *Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília. CNTE. 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Vol II*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HYPOLITO, Álvaro. *Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise*. Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, n.4, 1991.

HOBBSBAWN, E. *A Era dos extremos: o breve século XX*, São Paulo: Cia das Letras, 1994

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Ed. Loyola, 2003

JAMESON, Frederic. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, M. de P. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

\_\_\_\_\_, O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In Leite M. de P. e ARAUJO, A. M.C. (org.) *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre o Brasil e México*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

LESSA, S. *Serviço Social e trabalho: do que se trata?* Temporalis, Brasília 2000

MARX, K. *O Capital*, v. I liv.1º, São Paulo: Abril Cultural, 1983

\_\_\_\_\_, *O Capital*. Vol. I, tomo 2, São Paulo : Abril Cultural. 1984

\_\_\_\_\_, *As crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Acadêmica. 1988

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo/ Campinas: Boitempo/ EdUNICAMP, 2002

OFEE, C. Trabalho como categoria fundamental? In: OFFR, C. *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989



POCHAMANN, M. PNAD 2004: desigualdade cai e remuneração do trabalhador fica estável. Disponível em: <http://hodiernas.blogspot.com/2007/07/entrevista-marcio-pochmann.html> . Acesso em 12 de julho de 2010

SAPELLI, Marlene L. S. *Políticas Educacionais do governo Lerner no Paraná (1995 – 2002)* Cascavel: Gráfica Igol, 2003

SANTANA, M. A e RAMALHO, J. R. *Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo*. 2ª ed. Riode Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009

SOUZA, A. N. de. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In.: Leite M. de P. (org.) *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1997

SHIROMA, E. O. et alli. *Política Educacional: o que você precisa saber sobre*. Rio de Janeiro: DP&A, 3ªed. 2004

\_\_\_\_\_, O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, Maria Célia Marcondes de. (org.). *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

TUMOLO, P. S. Educação e hegemonia no Brasil. 2005. *Educação e Sociedade*, v. 29, n. 102, Campinas, jan./abril. 2008, p. 1-11.

## SITES CONSULTADOS

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>



1 Disponível em: <http://www.appindicato.org.br/include/paginas/publicacoes.aspx> . Acesso em 30 de julho de 2010

2 Ao se utilizar do termo autopoiese quer-se fazer referência a capacidade de autoprodução do ser humano. Na acepção de Marx o trabalho representa um elemento mediador da autopoiese humana em sua relação com a natureza. Historicamente o termo teve origem na literatura internacional em 1974, num artigo publicado por Varela, Maturana e Uribe, para definir os seres vivos como sistemas que produzem continuamente a si mesmos. Embora tenha surgido da biologia, atualmente o conceito está muito presente nas ciências sociais.

3 O artigo de Fukuyama, com o título "The end of history" apareceu em 1989, na revista norte-americana The national interest. Em 1992, Fukuyama lançou o livro The end of history and the last man, editado no Brasil com o título "O fim da história e o último homem", trad. Aulyde Soares Rodrigues, Rocco, Rio de Janeiro, 1992.

4 BID. **Programa de mejoramiento de la educacion secundaria en el Estado do Paraná. Número de operación: 950/OC-BR**, Resumen Ejecutivo. Washington, D.C., 1996. Este documento é o contrato de empréstimo para o PROEM que foi firmado com o BID, e nele estão contidas todas as condicionalidades financeiras, institucionais e pedagógicas requeridas para Programa. Há um diagnóstico da educação no Estado do Paraná e um quadro de recomendações teórico-ideológicas sobre os rumos que a política educacional deveria seguir.

5 Análise de conjuntura sobre a realidade educacional do Paraná. Disponível em: <http://www.appindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=4170> . Acesso em 12/07/2010